

---

## CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**FINAMAX S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, apresenta as Demonstrações Contábeis referente ao semestre findo em 30 de junho 2022.

Os documentos abaixo compõem a referida Demonstração;

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de Resultados – DRE;
- Demonstrações de Resultados Abrangentes – DRA;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes;

Informamos que as demonstrações contábeis, foram publicadas em nosso site institucional [www.finamax.com.br](http://www.finamax.com.br), bem como enviado ao Banco Central do Brasil para fins de divulgação no Repositório de Balanço;

### Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

---

MÁRCIO PIZZOLATO  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE

---

GABRIELA GISELI DA SILVA  
CONTADORA  
CRC: SP-341186/O-1

**Finamax S.A. – Crédito,  
Financiamento e Investimento**

Demonstrações Contábeis  
Referentes ao Semestre Findo em  
30 de Junho de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

KPMG Auditores Independentes – Ltda.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referente aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, juntamente com o relatório do auditor independente, sem ressalvas, emitido pela “**KPMG Auditores Independentes – Ltda.**”.

No 1º semestre de 2022, a Finamax S/A – Crédito, Financiamento e Investimento registrou prejuízo líquido de R\$ 6,6 milhões, correspondendo a R\$ 1,80 por ação. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 50 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 310 milhões.

Conforme Estatuto Social da Sociedade, os lucros líquidos serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal até atingir este 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Dividendos aos acionistas na base mínima de 1% (um por cento);
- c) Percentagem à Diretoria, de acordo com o disposto no artigo 8º; e
- d) O restante do lucro apurado terá destinação de acordo com o que se for aprovado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

Jundiaí - SP, 30 de agosto 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
[kpmg.com.br](http://kpmg.com.br)

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

## Aos Administradores e Acionistas da Finamax S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

*Jundiaí – São Paulo*

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Finamax S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finamax S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios em 30 de março de 2022 e 27 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

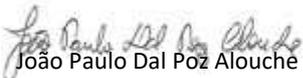


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027685/O-0 F-SP

  
João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
CIRCULANTE		226.202	234.466
Disponibilidades	3.b	1.313	895
Instrumentos financeiros		217.913	227.625
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.e e 4	39.921	54.940
Depósitos interfinanceiros		39.921	54.940
Títulos e valores mobiliários	4	70.320	77.291
Fundo de renda fixa		64.640	71.907
Letras Financeiras		5.680	5.384
Operações de crédito		107.672	95.394
Operações de crédito - setor privado	5	119.701	103.688
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(12.029)	(8.294)
Ativos fiscais correntes e diferidos		3.828	3.961
Crédito Tributário	14	3.828	3.961
Outros créditos		929	1.016
Diversos		929	1.016
Outros valores e bens		2.219	969
Outros valores e bens		2.219	969
NÃO CIRCULANTE		84.138	70.247
Instrumentos financeiros		78.903	66.094
Operações de crédito		78.903	66.094
Operações de crédito - Setor privado	5	87.718	71.675
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.a / 6	(8.815)	(5.581)
Ativos fiscais correntes e diferidos		4.601	3.441
Crédito Tributário	14	4.601	3.441
PERMANENTE		634	712
Imobilizado de uso		417	426
Outras imobilizações de uso		3.756	3.669
(-) Depreciações acumuladas		(3.339)	(3.243)
Intangível		217	286
Ativos intangíveis		1.785	1.769
(-) Amortizações acumuladas		(1.568)	(1.483)
TOTAL DO ATIVO		<u>310.340</u>	<u>304.713</u>

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
CIRCULANTE		<u>88.724</u>	<u>70.639</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>84.169</u>	<u>65.960</u>
Depósitos a prazo	7	<u>54.222</u>	<u>50.156</u>
Acionistas domiciliados no País		54.222	50.156
Recursos de aceites cambiais	7	<u>29.947</u>	<u>15.804</u>
Recursos de aceites cambiais		29.947	15.804
Outras obrigações	8	<u>4.555</u>	<u>4.679</u>
Fiscais e previdenciárias		764	617
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	256	212
Credores diversos - País		3.535	3.850
NÃO CIRCULANTE		<u>170.722</u>	<u>168.820</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>170.722</u>	<u>168.820</u>
Depósitos a prazo	7	<u>104.461</u>	<u>92.331</u>
Acionistas domiciliados no país		104.461	92.331
Recursos de aceites cambiais	7	<u>66.261</u>	<u>76.489</u>
Recursos de aceites cambiais		66.261	76.489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	<u>50.894</u>	<u>65.254</u>
Capital social	9.a / b	<u>55.500</u>	<u>55.500</u>
De domiciliado no país		55.500	55.500
Reservas de lucros		2.059	9.754
Prejuízos acumulados		(6.665)	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>310.340</u></u>	<u><u>304.713</u></u>

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$ - exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas explicativa</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>39.595</u>	<u>29.341</u>
Operações de crédito	5.d	32.903	27.025
Resultado de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	4	6.692	2.316
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(13.451)</u>	<u>(3.204)</u>
Operações de captação no mercado	7	(13.451)	(3.204)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>26.144</u>	<u>26.137</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	<u>(14.649)</u>	<u>(6.494)</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(19.281)</u>	<u>(19.211)</u>
Receitas de prestações de serviços	10.a	2.547	1.526
Despesas de pessoal	10.b	(3.758)	(3.873)
Outras despesas administrativas	10.c	(15.103)	(13.620)
Despesas tributárias	10.d	(1.309)	(1.202)
Outras receitas operacionais	10.e	14	73
Outras despesas operacionais	10.f	(1.672)	(2.115)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(7.786)</u>	<u>432</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		94	349
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>(7.692)</u>	<u>781</u>
Imposto de renda - corrente	14	-	(305)
Imposto de renda - diferido	14	642	50
Contribuição social - corrente	14	-	(190)
Contribuição social - diferido	14	385	316
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>(6.665)</u>	<u>652</u>
Número de ações (por lote de mil ações)	9.a	3.700	3.700
Prejuízo/Lucro líquido por ação - R\$		<u>(1,80)</u>	<u>0,18</u>

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	<u>(6.665)</u>	<u>652</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do semestre	<u><u>(6.665)</u></u>	<u><u>652</u></u>

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 Reapresentado		53.500	2.289	1.756	7.428	64.973
Aumento de capital	9.b	2.000	(244)	(1.756)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	652	652
Destinações:						
Apropriação de reservas		-	32	-	(32)	-
Juros sobre o capital próprio	11	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>55.500</u>	<u>2.077</u>	<u>-</u>	<u>8.048</u>	<u>65.625</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		55.500	2.059	7.695	-	65.254
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	(6.665)	(6.665)
Destinações:						
Dividendos	11	-	-	(7.695)	-	(7.695)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		<u>55.500</u>	<u>2.059</u>	<u>-</u>	<u>(6.665)</u>	<u>50.894</u>

FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre		(6.665)	652
Ajustes ao lucro/prejuízo líquido do semestre		<u>13.847</u>	<u>7.065</u>
Depreciação e amortização		181	281
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	14.649	6.494
Ativos fiscais diferidos	14	(1.027)	129
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	44	161
Lucro líquido do semestre ajustado		7.182	7.717
Variação nos ativos e passivos		<u>(13.985)</u>	<u>(6.604)</u>
(Aumento) redução de operações de crédito		(39.735)	2.466
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		6.971	(5.109)
(Aumento) redução de outros créditos		86	(504)
(Aumento) Redução de outros valores e bens		(1.250)	159
(Redução) Aumento de depósitos a prazo		16.196	1.257
(Redução) Aumento de recursos de aceites cambiais		3.915	(4.725)
(Redução) Aumento recursos de obrigações e fiscais e previdenciárias		147	(180)
(Redução) Aumento de outras obrigações		(315)	722
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(690)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		<u>(6.803)</u>	<u>1.113</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado de uso		(89)	(15)
Aquisição de intangível		(16)	(75)
Alienação de imobilizado de uso		<u>2</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(103)</u>	<u>(90)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de dividendos	11	(7.695)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		<u>-</u>	<u>(456)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.695)	(456)
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(14.601)</u>	<u>567</u>
No início do semestre	3.e	55.835	53.565
No fim do semestre	3.e	41.234	54.132
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(14.601)</u>	<u>567</u>

## FINAMAX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Finamax S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), constituída em 1994, com sede na rua Rangel Pestana, 681 – Centro, na cidade de Jundiaí-SP, opera como sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com a autorização do Banco Central do Brasil - BACEN em 9 de janeiro de 1995.

No primeiro semestre de 2022 ações foram tomadas na Finamax visando controlar o risco de crédito, como a adoção de políticas mais conservadoras para a concessão dos créditos pessoais e dos financiamentos de veículos. A mensuração dos impactos futuros, sobre as condições econômicas, continuará sendo monitorada pela Administração.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que contemplam as disposições contidas na legislação societária e com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, do BACEN.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 30 de agosto de 2022.

## **Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**

### **a) Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021**

- Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020.

A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras. A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

- Resolução CMN n.º 4.877, de 23 de dezembro de 2020.

A norma entrou em vigor em 01.01.2021 e estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

- Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020

A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN n.º 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

- Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021

A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

A Resolução CMN n.º 4.924/2021 entra em vigor em 01.01.2022.

- Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou a elaboração e remessa ao Bacen de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), com redação dada pela Resolução CMN n.º 5.019, até 31.12.2022;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24).

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### b) Receitas e despesas

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata *temporis*, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### c) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários, divulgações sobre contingências passivas e as respectivas receitas e despesas nos períodos demonstrados. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional que incluem caixa e contas correntes em bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de vencimento até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, classificadas como equivalentes de caixa.

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>41.234</u>	<u>55.835</u>
Caixa	2	2
Depósitos bancários	1.311	893
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.921	54.940

e) Instrumentos Financeiros

• Aplicações Interfinanceiras de liquidez

Representadas por depósitos interfinanceiros, registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, deduzido, quando aplicável, de provisão para desvalorização;

• Títulos e valores mobiliários

Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, são classificados conforme o descrito abaixo:

**I. Títulos para negociação:**

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

**II. Títulos mantidos até o vencimento:**

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

**III. Títulos disponíveis para venda:**

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Em 30 de junho de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários detidos pela Sociedade estavam classificados como “títulos para negociação”.

f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores,

taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN, em destaque a Resolução CMN 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

g) Outros valores e bens – Ativos não financeiros mantidos para venda e Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos por veículos recebidos em dação de pagamento.

A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n.º 4.747/2019.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pela Sociedade, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

h) Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigível a longo prazo

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões necessariamente constituídas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos.

i) Imobilizado de uso e intangível

Os imobilizados de uso e os intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O intangível é representado por benfeitorias em propriedade de terceiros e pela aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados, sendo amortizados à alíquota de 10% ao ano e 20% ao ano, respectivamente. O imobilizado de uso é composto por móveis e equipamentos de uso e equipamentos de comunicação, depreciados a alíquota de 10% ao ano, e veículos e computadores, depreciados a alíquota de 20% ao ano.

A depreciação do imobilizado de uso e a amortização do intangível são contabilizadas em Outras Despesas Administrativas.

Os ativos não financeiros são revisados em bases anuais para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Até 30 de junho de 2022, não teve nenhum ativo permanente com indícios de perda em seu valor recuperável.

j) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre bases tributáveis e alíquotas, segundo a legislação pertinente a cada um desses encargos, sendo elas 25% para o IRPJ e 15% para a CSLL.

A partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota de CSLL foi majorada para 20%, conforme lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

k) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização, vigente a partir de 01.01.2021.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die. O resultado correspondente é registrado em despesas com operações de captação no mercado.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios

definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

**Passivos contingentes:** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

**Provisões:** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

**Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

o) Resultado não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, entende-se como resultado não recorrente, aquele que:

I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Considerando a definição acima, a Sociedade não registrou resultados não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

#### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Sociedade adotou como estratégia de atuação adquirir depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários com o propósito de mantê-los disponíveis para negociação, todas as aplicações possuem liquidez diária.

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Saldo em 30.06.2022</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		
Depósitos interfinanceiros	39.921	54.940
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		
Fundos de renda fixa	64.640	71.907
Letras financeiras	<u>5.680</u>	<u>5.384</u>
Total aplicado	<u>110.241</u>	<u>132.231</u>

Os depósitos interfinanceiros são remunerados a taxas entre 100% e 106% da variação do CDI e a rentabilidade dos fundos busca acompanhar a variação do CDI.

As receitas com juros das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários estão apresentadas a seguir:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Depósitos interfinanceiros	2.764	710
Fundos de renda fixa	3.604	1.533
Letras Financeiras	<u>324</u>	<u>73</u>
Total de receitas	<u>6.692</u>	<u>2.316</u>

A composição da carteira por tipo de aplicação e vencimento está demonstrada abaixo:

Vencimento em Dias	30.06.2022					31.12.2021		
	Sem Vencimento	até 180	de 181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor contábil	Valor de custo	Valor contábil
CDI - Liquidez Diária (*)	-	20.856	772	18.293	38.012	39.921	53.612	54.940
Cotas de fundos de investimentos (**)	64.640	-	-	-	49.800	64.640	52.608	71.907
Letras Financeiras	-	-	3.320	2.361	5.300	5.680	5.000	5.384

(\*) As aplicações em CDI, possuem vencimento fixado e 12% da carteira está com liquidez diária e até 30/09/2022 teremos 82% da carteira com liquidez diária;

(\*\*) As cotas em fundo de investimento, não possuem vencimento e estão com resgate em D+1.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de crédito da Sociedade, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Resolução nº 2.697 é demonstrada como segue:

### a) Por tipo de operações

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Empréstimos e títulos descontados	50.779	43.525
Financiamentos	<u>156.640</u>	<u>131.838</u>
	207.419	175.363
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6)	<u>(20.844)</u>	<u>(13.875)</u>
Saldo líquido da carteira	<u>186.575</u>	<u>161.488</u>
Circulante	119.701	103.688
Não Circulante	<u>87.718</u>	<u>71.675</u>
Saldo da carteira	<u>207.419</u>	<u>175.363</u>

### b) Por tipo de cliente

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Pessoa física	206.287	174.185
Indústria	241	212
Comércio	555	670
Serviços	<u>336</u>	<u>296</u>
Saldo da carteira	<u>207.419</u>	<u>175.363</u>

### c) Por faixa de vencimento

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Vencidas	16.528	11.749
A vencer até 90 dias	32.863	29.333
De 91 a 360 dias	70.310	62.606
Acima de 360 dias	<u>87.718</u>	<u>71.675</u>
Saldo da carteira	<u>207.419</u>	<u>175.363</u>

### d) Composição das rendas

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Empréstimos	10.547	7.529
Financiamentos	18.873	15.677
Recuperação de Crédito	<u>3.483</u>	<u>3.819</u>
Total	<u>32.903</u>	<u>27.025</u>

Não há concentração de crédito liberado a um mesmo cliente. Em 30 de junho de 2022, o saldo do maior devedor é de R\$ 198 (R\$ 146 em 31 de dezembro de 2021).

Não há avais e fianças concedidos pela Sociedade em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

## 6. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, após análise da administração. No primeiro semestre de 2022, houve uma constituição de provisão no montante de R\$ 14.469 (no primeiro semestre de 2021, R\$ 6.494). No entanto, no primeiro semestre de 2022, foram baixadas para prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 7.679 (R\$ 9.838 no primeiro semestre de 2021), passando o saldo da provisão para R\$ 20.844 no balanço patrimonial de 30 de junho de 2022 (R\$ 13.875 em 31 de dezembro de 2021).

	1º semestre/22	1º semestre/21
Saldo Inicial	13.875	16.281
Constituição/(reversão) líquida	14.649	6.494
Baixa para prejuízo	<u>(7.679)</u>	<u>(9.838)</u>
Saldo Final	<u>20.845</u>	<u>12.937</u>

No primeiro semestre de 2022, houve a recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 3.483 (nota 5.d) (R\$ 3.819 em 30 de junho de 2021), lançados em outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

A posição da carteira de crédito da Sociedade em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, por níveis de risco e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondentes estão demonstradas a seguir:

Níveis de risco	% de Provisão	Saldo da carteira		Provisão constituída	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
A	0,50	147.334	128.066	737	640
B	1,00	16.398	13.377	164	134
C	3,00	12.058	11.193	362	336
D	10,00	6.957	5.853	696	585
E	30,00	4.221	4.107	1.266	1.232
F	50,00	3.975	2.465	1.987	1.233
G	70,00	2.812	1.958	1.969	1.371
H	100,00	<u>13.664</u>	<u>8.344</u>	<u>13.664</u>	<u>8.344</u>
Total		<u>207.419</u>	<u>175.363</u>	<u>20.845</u>	<u>13.875</u>

## 7. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estão demonstrados pelo saldo dos valores captados, atualizados até 30 de junho de 2022 e por prazo de vencimento.

<u>Vencimentos</u>	<u>Depósitos a prazo</u>	<u>Recursos de aceites cambiais</u>	<u>Saldo em 30.06.2022</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>
Até 90 dias	6.793	3.559	10.352	5.397
De 91 a 360 dias	47.429	26.388	73.817	60.563
Mais de 360 dias	<u>104.461</u>	<u>66.261</u>	<u>170.722</u>	<u>168.820</u>
Total	<u>158.683</u>	<u>96.208</u>	<u>254.891</u>	<u>234.780</u>

As carteiras de captação de depósito a prazo e de letras de recursos cambiais, possuem uma remuneração média de 106% do CDI e 102% do CDI, respectivamente. Os saldos com partes relacionadas, estão demonstrados na nota 13.a.

As despesas com captação no mercado estão apresentadas a seguir:

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Depósito a prazo	8.279	1.897
Letra de Câmbio	5.027	1.167
Despesa com registro – Fundo Garantidor de Crédito	<u>145</u>	<u>140</u>
Total	<u>13.451</u>	<u>3.204</u>

## 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações está composto por:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Pis/Cofins	188	188
Impostos sobre serviços	433	277
Encargos trabalhistas	<u>143</u>	<u>152</u>
Total fiscais e previdenciárias	<u>764</u>	<u>617</u>
Pagamentos a processar	170	194
Fornecedores	2.267	2.319
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 15)	256	253
Despesas de pessoal	990	1.169
Outros	<u>108</u>	<u>127</u>
Total credores diversos	<u>3.791</u>	<u>4.062</u>
Total outras obrigações	<u>4.555</u>	<u>4.679</u>

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social é representado por 3.700.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

### b) Aumento de capital

Em 14 de Junho de 2021, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R\$2.000, passando o capital para R\$55.500, mediante a incorporação do saldo da conta de reservas de lucros.

Em 27 de outubro de 2020, o BACEN homologou o aumento de capital no valor de R\$2.500, passando o capital para R\$53.500, mediante a incorporação do saldo da conta de reservas de lucros.

### c) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976;

### d) Reservas de Lucros – Outras

Após a destinação dos dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, e a constituição de reserva legal, o saldo, se houver, será destinado à conta de “Reservas de Lucros – Outras”, para destinação futura a ser definida pela Assembleia Geral.

### e) Distribuição de dividendos

Em 29 de abril de 2022 foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a distribuição de dividendos relativas ao lucro líquido de 2021 no valor R\$ 7.695. O pagamento dos referidos dividendos ocorreu em 20 de maio de 2022. Em 2021 não houve distribuição de dividendos.

## 10. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Receitas de prestações de serviços

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Tarifa de cadastro	2.496	1.498
Outras	<u>51</u>	<u>28</u>
Total	<u>2.547</u>	<u>1.526</u>

O aumento na receita de tarifa de cadastro é reflexo do aumento do volume das operações de crédito no primeiro semestre de 2022.

b) Despesas de pessoal

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Ordenados e salários	2.462	2.579
Encargos sociais	783	763
Benefícios	511	519
Treinamentos	<u>2</u>	<u>12</u>
Total	<u>3.758</u>	<u>3.873</u>

c) Outras despesas administrativas

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Serviços do sistema financeiro	8.271	8.260
Serviços de terceiros	1.939	1.453
Serviços de processamento de dados	2.622	1.804
Despesas de transportes	465	327
Despesas de comunicação	243	314
Despesa de depreciação	96	141
Despesa de amortização	85	140
Outras	<u>1.379</u>	<u>1.180</u>
Total	<u>15.103</u>	<u>13.620</u>

d) Despesas Tributárias

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
COFINS	1.016	968
PIS	165	157
ISS	<u>128</u>	<u>77</u>
Total	<u>1.309</u>	<u>1.202</u>

e) Outras Receitas Operacionais

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Reversão de provisão para riscos e outras	10	66
Outros	<u>4</u>	<u>7</u>
Total	<u>14</u>	<u>73</u>

f) Outras Despesas Operacionais

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Despesas financeiras	550	453
Descontos concedidos	<u>1.078</u>	<u>1.662</u>
Outros	44	-
Total	<u>1.672</u>	<u>2.115</u>

## 11. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Sociedade não constituiu provisão para juros sobre o capital próprio (o mesmo ocorreu para o semestre findo em 30 de junho de 2021).

## 12. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte e natureza de suas operações, e está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, sendo os principais riscos:

### a) Risco de crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito, prevê a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito é realizado com base na Política de Risco da Sociedade, aprovada pela diretoria, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação de exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que a Sociedade atua.

### b) Risco de mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado, prevê a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores e taxas de mercado, contemplando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição a risco da Sociedade. O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado na Sociedade é regido pela Política de Risco, aprovada pela Administração, e segue os parâmetros definidos na RAS para o período de avaliação;

### c) Risco operacional

O Gerenciamento de Risco Operacional, prevê que sejam identificados os principais riscos operacionais de cada uma das unidades das Áreas Comerciais e Administrativas; identificado o risco, o mesmo é avaliado em função da probabilidade e impacto de sua ocorrência, para que, posteriormente, ações de controle e/ou mitigação fossem determinadas com base nas presentes análises.

### d) Risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez, prevê o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Sociedade, em honrar seus compromissos. A Gestão do Risco de Liquidez da Sociedade é regida pela Política de Risco, aprovada pela diretoria, onde são estabelecidos os limites para os Índices de disponibilidade sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa da Sociedade realizado pela Administração.

e) Gerenciamento de Capital

Prevê a avaliação e a adequação do Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos nas operações e a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Sociedade é adequada ao porte e à complexidade de suas operações.

13. PARTES RELACIONADAS

a) A carteira de captação via depósito a prazo, com saldo de R\$158.683 em 2022 (R\$ 142.487 em 31 de dezembro de 2021), é composta, exclusivamente, por aplicações dos acionistas e gerou despesas de captação no montante de R\$ 8.279 em 2022 (R\$ 1.897 no primeiro semestre de 2021). Da carteira de Letras Cambiais, o saldo de R\$19.349, em junho de 2022 (R\$19.089 em 31 de dezembro de 2021), é composto por aplicações de partes relacionadas e gerou despesas de captação no montante de R\$ 994 em 2022 (R\$ 137 no primeiro semestre de 2021).

b) Despesas com partes relacionadas estão assim compostas:

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Urbitec Construções (*)	59	54
Oliva participações (**)	<u>145</u>	<u>133</u>
Total	<u>204</u>	<u>187</u>

(\*) A Urbitec Construções presta serviço de conservação do canteiro central da Avenida Jundiáí, uma das principais avenidas da cidade de Jundiáí, onde a Sociedade mantém placas de divulgação.

(\*\*) A Oliva Participações, é proprietária do prédio onde está instalada uma filial da Sociedade, e o valor é referente à locação do imóvel.

A Urbitec Construções e a Oliva Participações são controladas por acionistas da Sociedade.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve pagamento de remuneração variável e os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus administradores estavam assim compostos:

	<u>1º semestre/22</u>	<u>1º semestre/21</u>
Remuneração	474	416
Encargos sociais	<u>107</u>	<u>94</u>
Total	<u>581</u>	<u>510</u>

A Sociedade não proporciona benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou remunerações variáveis para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para diretores e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo demonstramos a reconciliação do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(7.693)	781
Juros sobre o capital próprio	-	-
Adições	<u>7.544</u>	<u>4.085</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.497	4.084
Outras Adições	47	1
Exclusões	<u>(4.654)</u>	<u>(3.600)</u>
Realização de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.443)	(2.671)
Recuperação de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.202)	(863)
Reversão de provisões para Cartas Fiança	(9)	(66)
Resultado Antes dos Impostos	(4.803)	1.266
IR/CSLL - Correntes	-	(495)
IR/CSLL - Diferidos	1.027	366

De acordo com a medida provisória nº 1.034 de 01 de março de 2021, convertida na lei 14.183 de 14 de julho de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada, para o período de julho/2021 a dezembro/2021, em 5%, passando de 15% para 20%.

A partir de 2021, devido a edição da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020, a Administração adotou o reconhecimento dos créditos tributários das diferenças temporárias provenientes das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Abaixo a composição dos valores:

<u>Créditos Tributário – PCLD</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Base de Cálculo	21.074	21.074	21.074	18.505
Alíquota	25%	15%	40%	40%
TOTAL	5.268	3.161	8.429	7.402

<u>Movimentação dos Créditos Tributários</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>TOTAL</u> 30.06.2022	<u>TOTAL</u> 31.12.2021
Saldo Inicial	4.626	2.776	7.402	7.819
Constituições	3.662	2.197	5.859	5.785
Realizações/Reversões	(3.020)	(1.812)	(4.832)	(6.202)
Saldo Final	5.268	3.161	8.429	7.402

O saldo previsto de utilização para o ano de 2022 foi de R\$ 3.960, e foi utilizado no primeiro semestre de 2022 o valor de R\$ 1.377.

O estudo técnico elaborado demonstra a capacidade da Sociedade em gerar lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes. A expectativa de realização dos créditos tributários no exercício findo em 30 de junho de 2022 segue abaixo demonstrada:

<b>Exercício</b>	<b><u>Saldo</u></b>	<b><u>Valor Presente</u></b>
2022	2.396	2.337
2023	4.087	3.558
2024	1.946	1.556
<b>Saldo Total</b>	<b><u>8.429</u></b>	<b><u>7.451</u></b>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com a utilização da taxa Selic fixada e vigente em 30 de junho de 2022, que era 13,25% a.a.

A Sociedade optou por não reconhecer os créditos tributários oriundos das provisões de contingências, composto por ações judiciais classificadas com risco provável de perda, conforme nota explicativa nº 15. O valor não reconhecido é de R\$ 102 em 30 de junho de 2022 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2021). A opção de não reconhecimento desses créditos, se dá devido à dificuldade de mensuração da data de realização do crédito, visto que dependem de sentença judicial, que podem ser contestadas.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Após avaliação do impacto, a sociedade optou pelo não reconhecimento do valor de R\$ 22 em 30 de junho de 2022.

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, sendo também parte em processos de natureza trabalhista.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões da Administração e dos assessores jurídicos. A Sociedade tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável, registrada na conta de outras obrigações, no montante de R\$ 186 em 30 de junho de 2022 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2021) referente à processo de natureza cível e R\$ 70 para processos de natureza trabalhista (não havia provisões em 31 de dezembro de 2021). Não há processos de natureza tributária com classificação de perda provável em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Os processos de natureza cível com classificação de perda possível totalizavam R\$ 584 em 30 de junho de 2022 (R\$ 683 em 31 de dezembro de 2021). Os processos de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizam R\$ 1.438 em 30 de junho de 2022 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2021). Os processos de natureza tributária com classificação de perda possível totalizavam R\$ 2 em 30 de junho de 2022 (não havia processos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2021).

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros, bem como revisão de taxa juros.

As variações dos saldos estão demonstradas abaixo:

	Processos Classificados como Provável	Processos Classificados como Possível
Saldo Inicial =>	212	969
Baixa por Pagamento => Provisão/(Baixa Processos)	-	-
=>	44	1.055
Saldo Final =>	256	2.024

## 16. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades. A partir de dezembro de 2019, a instituição fez a opção pelo enquadramento no grupo de instituições da segmentação S5, calculando seu risco de Basileia de acordo com o modelo simplificado, de acordo com os modelos e padrões definidos pelo Banco Central do Brasil, abaixo demonstramos os valores:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)</b>	<b>50.677</b>	<b>64.968</b>
RWARCSIMP - Risco de Crédito	41.236	38.338
RWAROSIMP - Risco Operacional	<u>3.610</u>	<u>3.799</u>
<b>Patrimônio Mínimo Requerido</b>	<b>44.846</b>	<b>42.137</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>263.802</b>	<b>259.303</b>
<b>Patrimônio Requerido para o RWA</b>	<b>44.846</b>	<b>42.137</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>19,21%</b>	<b>25,06%</b>

O índice de requerimento fixado pelo Bacen na Resolução 4.813 de 30 de abril de 2020 é de 17% para a data base de 30 de junho de 2022 (16,25% em 31 de dezembro de 2021);

#### 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes para o primeiro semestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Márcio Pizzolato  
Diretor Vice-Presidente

\_\_\_\_\_  
Gabriela Giseli da Silva  
Contadora  
CRC: SP-341186/O-1